



XI Encontro de Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo

Currículo: tempos, espaços e contextos

29 e 30 de outubro de 2013



O TEMPO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA ESCOLA PÚBLICA: uma experiência no Estado de São Paulo

Setembro/ 2013

Eixo temático: Políticas Públicas e Reformas Educacionais e Curriculares
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

BOCCHI, Roberta Maria Bueno

abocchi@uol.com.br

FIGUEIREDO, Jocinete

ninafyguedo@hotmail.com

Comunicação Oral.Texto Completo.

RESUMO

O presente artigo trata de uma reflexão que partiu das discussões no grupo de pesquisa da disciplina Seminários Integrados: temas da atualidade em currículo e textualidade de produções científicas, que faz parte da linha de pesquisa Políticas Públicas e Reformas Educacionais e Curriculares, e ainda, de uma investigação que vimos desenvolvendo em curso de doutorado sobre a questão do tempo e suas repercussões na vida da escola. O objetivo nesta oportunidade é fazer uma análise sobre aspectos relacionados ao tempo discutindo se os alunos precisam ou não de mais tempo letivo para melhorar sua aprendizagem, estabelecendo um paralelo com a realidade em relação ao tempo escolar adotado oficialmente pelas escolas públicas de educação básica do Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Educação básica. Escola-organização.Tempo.



A questão inicial aqui gira em torno de discutir se os alunos precisam ou não de mais tempo letivo, para melhorar a sua aprendizagem. Muitos questionam se esse tempo não leva a mera repetição do que se tem feito desde os modelos escolares de outrora?!

Isso seria afirmar que apesar das propostas de organizações inovadoras como o *ciclo de formação*, *escola de tempo integral* e outras, a escola continua repetindo o tempo usual, segundo muitos estudiosos, herança do modelo napoleônico em suas rotinas pedagógicas tempos desumanos e não vão ao encontro as reais necessidades dos alunos. Como resolver essas questões, propor outros tempos, outras formas de se pensar e fazer didática escolar com outras configurações... Se for, quais as possibilidades de qualificarmos as práticas escolares de forma significativa para alunos e professores?

Neste artigo de maneira particular, será analisado o tempo escolar presente na escola pública de educação básica do Estado de São Paulo, tendo como pano de fundo a análise do tempo enquanto fundamento da prática pedagógica, **enfocando** as transformações do tempo, do ritmo escolar e tempo educativo. A princípio far-se-á uma breve abordagem sobre as questões do tempo, para refletirmos alguns aspectos de suas alterações e reconfigurações que se tornaram naturalizadas, mas se olharmos com calma veremos que embora nos pareça algo natural, é aberto, multifacetado e assim, discutiremos quais as perspectivas no campo educacional no que se refere as alterações dos tempos escolares, ao que parece, não há consenso nas discussões, e supomos que seja pela dinamicidade em que se insere, que vai além das questões temporais.

O NASCIMENTO DE UM TEMPO, DO NOSSO TEMPO

Quando se fala do uso da noção de tempo, isso carrega consigo inquietações e dificuldades na definição do tempo, que nos leva apreender sobre os homens e sua própria origem. Tal dúvida originárias de tempos remotos, refletem até hoje e não se consegue discernir com clareza as questões relativas às reflexões sobre o tempo. Os físicos se servem de fórmulas matemáticas para medir o tempo, onde este tem papel de um *quantum específico*. Nesse caso, para Elias (1998) há uma pergunta que continua sem resposta: *como se pode medir uma coisa que não se pode perceber pelos sentidos? Uma hora é algo invisível.*

Aristóteles, dizia que o tempo é o estudo do movimento – acrescenta na perspectiva do antes e do depois? Mas a partir de que se dá esta perspectiva do antes e do depois? Aristóteles não dá uma resposta: afirma que talvez seja a alma que efetue a operação do contar. (PRIGONINE, 1988, p.20).

Para Prigogine (1988) devemos considerar o tempo como aquilo que conduz ao homem e não o homem como o criador do tempo, e faz uma pergunta clássica: o tempo tem um início? Dá a entender que o tempo é criação. Aristóteles concluiu a tese de que o tempo é eterno, e que na realidade, não se pode falar de um “seu início”. A tradição bíblica levou muitos filósofos a dizer que o tempo foi criado num certo momento, como as outras criaturas (Moisés Maimónides). Nessa mesma tradição bíblica, segundo Assmann (1988), há distinção nítida entre *Chrónos* e *Kairós*, em que *Kairós* significa: hora da graça, tempo propício, dia da libertação... *Kairós* representa o tempo subjetivo, vivencial. A junção de *Chrónos* e *Kairós* é traduzida pelo poema bíblico: *Tudo tem o seu tempo*

Sabe-se da crença num tempo eterno de outros pensadores como Giordano Bruno ou Einstein. Prigogine discute outra perspectiva dessa situação, e cita que a irreversibilidade, no contexto da mecânica clássica, é uma propriedade comum a todo o universo: todos envelhecemos, na mesma direção.

Também se pode conceber que um meu amigo rejuvenesça enquanto envelheço, ou que eu rejuvenesça enquanto ele envelhece. Mas isto não se verifica: parece que existe uma flecha do tempo comum a todo o universo, e é por isso que não poderemos deixar de falar de cosmologia. (PRIGOGINE, 1988, p. 36).

Levanta a questão: como apareceu o tempo no universo, no momento do *Big Bang*... Para Prigogine (1988), o tempo precede o universo, é resultado de uma instabilidade que sucedeu a uma situação que a precedeu, assim, o universo terá resultado de uma mudança de fase em grande escala.

Concordamos com o autor de que é muito complexa a questão do nascimento do tempo, e provavelmente falamos do *nosso tempo* que por sua vez nasceu com o *nosso* universo. Mas é o tempo em si... É um hábito, uma convenção que nos leva a contar o tempo a partir de um evento. Seja o nascimento de Cristo ou a Fundação de Roma, trata-se segundo o autor, sempre do nascimento do *nosso tempo*.



Se o *Big Bang* foi um fenômeno único, seus aspectos transcendentais escapam à ciência, e nessa lógica a vida também corresponde a um fenômeno único, forma-se sempre que as circunstâncias sejam favoráveis, e sempre se formará novos universos. Daí a afirmação de que o nascimento do *nosso* tempo, não é do tempo. Já no vazio flutuante o tempo preexistia em estado potencial.

Segundo Elias (1998) os relógios são processos físicos que a sociedade padronizou, e não medem o tempo invisível, mas algo perfeitamente passível de ser captado, decompondo-se em sequências - modelo de recorrência regular, como as horas, os minutos. Essas sequências podem ser idênticas em um país, ou em vários, quando a evolução da sociedade o exige e autoriza. (ELIAS, 1998, p. 7).

Dessa forma, para o autor, os relógios exercem na sociedade as mesmas funções que os fenômenos naturais:

a de meios de orientação para homens inseridos numa sucessão de processos sociais e físicos. Simultaneamente, servem-lhes de múltiplas maneiras para harmonizar os comportamentos de uns para com os outros, assim como para adaptá-los a fenômenos naturais, ou seja, não elaborados pelo homem. (ELIAS, 1998, p.10).

Parece que somos tributários da nossa linguagem, e *o tempo não é a eternidade, nem o eterno retorno, e isso não é somente irreversibilidade e evolução*. Talvez hoje nos sirva uma nova noção do tempo capaz de transcender as categorias de devir e de eternidade, é o velho problema entre sistema e indivíduo, e a tentação da visão totalizante discutida por Prigogine (1988).

Hoje, observamos o papel das micro-estruturas, das decisões individuais, das flutuações que se amplificam. O fato singular, individual, só se torna possível quando implicado nessa totalidade. ...é o tempo potencial, um tempo que está sempre aqui, em estado latente, que não exige senão um fenômeno de flutuação para atualizar-se... o tempo não nasceu com o nosso universo: o tempo precede a existência, e poderá fazer nascer outros universos. (PRIGOGINE, 1988, p. 60).

As concepções mitológicas sobre o tempo também são marcantes e muito recorrentes nas discussões sobre a noção de tempo, e demonstram a variedade das relações de tempo utilizadas nas sociedades. Pois esta foi criada para explicar a suposta



evolução das culturas em relação ao tempo e a noção temporal que tem se tornado comum, é a que se refere ao tempo físico e o tempo social. Na mitologia grega, *Chrónos* considerado “deus do tempo”, tem o domínio sobre as questões temporais, e marca-se o tempo através das divindades: Sol, Lua, Dia, Noite e ainda o Sono, que auxiliam na interpretação dos fenômenos da natureza. Em estudo de Ferreira, et al. (2001) sobre *Chrónos* e *Kairós*, discute-se que esses fenômenos constituem, até hoje, os elementos científicos para a medição do tempo:

Nas várias abordagens sobre o tempo, é crescente a noção temporal: o tempo físico e o tempo social. O tempo físico pode ser indicado como aquele que se inicia sob o domínio de *Chrónos* e determina o ritmo e a contagem do tempo que guia o mundo em dias, horas, minutos etc.. Quanto o tempo social, refere-se ao *Kairós*, que pode ser indicado como o tempo vivido pelos homens, nem sempre coincidente com o tempo cronológico. (FERREIRA, ARCO-VERDE, 2001, p.65).

Com o processo de objetivação do tempo como elemento da natureza, o homem teve seu domínio sobre a mesma. Segundo Ferreira et al. (2001)) o homem apoderou-se dos processos de medição *e tornou-se prisioneiro desse tempo contado*.

A natureza, objetivada, segundo Horkheimer e Adorno (1986, p. 25), precisa ser dominada e, nesta dominação, a natureza passa a ser parte do homem, sem diferenciação, produzindo uma nova alienação. O processo de esclarecimento foi sendo construído pelas necessidades sociais do homem e sua ida comunitária. O homem, tempo, relógio e calendário passaram a se identificar num mesmo processo, perdendo-se a noção da construção do próprio esclarecimento, da separação entre sujeito e natureza. (FERREIRA; ARCO-VERDE, 2001, p.66).

Podemos ainda ver com Elias (1998, p.12), que o conceito de “natureza” é hoje determinado, em larga medida, pela forma e pela significação sociais que as ciências da natureza lhe conferiram, e se interessam apenas por um setor limitado do universo, e não basta fazer do tempo um objeto tanto da sociologia quanto da física, ou como muitas vezes se faz, segundo o autor, contrastar um tempo “social” com o tempo “físico”.



Não são o “homem e a natureza”, no sentido de dois dados separados que constituem a representação cardinal exigida para compreendermos o tempo, mas sim “os homens no âmago da natureza”... Numa palavra, teremos de incluir no conceito de natureza a capacidade que ela tem de produzir, nos cursos de processos cegos, não apenas reatores de hélio ou desertos lunares, mas também seres humanos. Não é necessário evocar a responsabilidade que tal saber confere aos homens, nem tampouco, em termos mais gerais, as consequências que isso acarreta para sua vida comum e para sua relação com a “natureza”, no sentido estrito do termo. (ELIAS, 1998, p.12).

Para os discursos mais atuais, principalmente os pós-modernos acreditam que a escola, antes marcada por um tempo linear, contínuo, na contemporaneidade chegou o tempo das incertezas, de uma sucessão de projetos.

Corsani (2003), afirma que o tempo do capitalismo industrial era um tempo contínuo, linear, sempre repetindo o mesmo processo. A memória era corporal. Já o tempo do capitalismo cognitivo é um tempo descontínuo, marcado pela invenção. Já Maffesoli (2003), conceitua como um tempo pontilhista, marcado por rupturas e discontinuidades, isto é, pelo ritmo das inovações, pela irrupção do acontecimento.

Para Ferreira, et al. (2001), os relógios do famoso quadro “Persistência da Memória” (1931), de Salvador Dalí, representam o tempo viscoso referido no discurso pós-moderno, pois o tempo é tempo exato e tempo solto ao mesmo tempo.

Assmann in Ferreira (2001) afirma que parte da humanidade já convive com o tempo dos *bits* exatos, como forma de expressão do dinheiro, das identificações, da escrita, do celular, da internet, da TV digital, do DVD e, contudo, é um tempo no qual todas as fronteiras explodem. Parece que o próprio avanço científico-tecnológico leva a humanidade a navegar, surfar, flutuar.

Segundo Ferreira. et al. (2001,p.67), há os tempos individuais e coletivos, como também os “tempos cíclicos”, por exemplo, da infância, do trabalho, da velhice, do lazer. Há os tempos institucionalizados e, dentre estes, encontra-se o tempo escolar. Pensar em tempo escolar implica em defini-lo em sua especificidade, em um tempo adjetivo, diferente de outros tempos.

Assim, vemos que o tempo teve reconfigurações ao longo da historia da humanidade, assim como o tempo escolar, recebeu ao longo da historia da educação



escolar, diferentes sentidos e configurações. Assmann in Ferreira (2001) analisa que o tempo escolar, além de trazer as marcas da sociedade, é um elemento próprio dessa cultura que constitui o núcleo *central das “caixas pretas” da educação*.

O tempo escolar concebido enquanto rotina significa o horário, o emprego do tempo, a sequência de ações, o trabalho dos professores e alunos, o planejamento, a rotina diária, a jornada, etc. Temos observado que dispositivos alternativos de ordenamento dos ritmos e de organização do tempo escolar multiplicam-se pelo mundo, e segundo Elias (1998, p.14) em nossa sociedade tem essa noção de tempo, que ao crescer toda criança vai se familiarizando com o tempo como símbolo de uma instituição social cujo caráter coercitivo ela experimenta cedo. Se nos primeiros dez anos de vida não aprender a se autodisciplinar, conforme essa instituição, se não se modelar sua sensibilidade, em função do tempo, *ser-lhe-á muito difícil, senão impossível, desempenhar o papel de um adulto no seio dessa sociedade*.

As rotinas, desencadeadas pelos tempos educativos instituídos, são um dos dispositivos de ordenamento determinante. Verifica-se que estas se tornam centrais na educação escolar, se constituindo como a controladora do tempo, do espaço, das práticas em geral, funcionando como importante elemento que padroniza e regulamenta a vida das pessoas envolvidas no processo educativo. Se partirmos da reflexão de Prigogine, que a noção de tempo está aberta a criação de múltiplos universos, talvez possamos re-significar o uso dessas rotinas e por sua vez vislumbrar formação de sujeitos mais contextualizados e livres. Pois, como vimos, a questão da naturalização do tempo, e do tempo escolar atravessa gerações a gerações, e de certa forma é um aspecto que está longe de ser decretado um final tranquilo.

O TEMPO ESCOLAR PRESENTE NA ESCOLA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

O tempo escolar nas escolas públicas estaduais paulistas transita, conflituosamente, entre *Chrónos* e *Kairós*, entendidos como o tempo físico e o tempo social.



Enquanto tempo físico, é determinado institucionalmente por uma série de legislações específicas que guiam os dias, horas e minutos, tendo como matriz regulatória a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, que determina em seu Artigo 24 as regras comuns de organização escolar, estabelecendo uma carga horária mínima anual de oitocentas horas distribuídas por no mínimo duzentos dias letivos.

Há partir desta determinação legal, cada Estado, o Distrito Federal e os Municípios se organizam legalmente estabelecendo um tempo físico escolar para suas Redes de Ensino. No caso do Estado de São Paulo, no início de cada ano letivo, é publicada uma Resolução da Secretaria Estadual de Educação (SEE) estabelecendo diretrizes para a organização curricular do ensino fundamental e médio nas escolas estaduais. Esta legislação determina o número de aulas semanais por turno escolar e sua duração em minutos, resultando na Matriz Curricular de cada escola.

O documento intitulado “Matriz Curricular”, que já foi chamado no passado de “Grade Curricular”, apresenta o número de aulas anuais, semanais e em minutos por disciplina, seguindo o determinado legalmente na LDB. O objetivo do documento é formalizar o tempo físico escolar, só passando a valer enquanto tempo após sua homologação pela Diretoria de Ensino a qual a escola está jurisdicionada.

Junto com o processo de homologação da Matriz Curricular, ocorre também um segundo processo legal de medida do tempo físico escolar, onde cada escola é obrigada a montar um esquema matemático chamado legalmente de calendário escolar, com todos os dias letivos discriminados por códigos, seguido da especificação dos feriados, férias, recesso escolar e demais atividades anuais previstas na escola.

Este calendário é montado baseado em legislação específica, que além de dispor sobre a elaboração do documento, estabelece um modelo a ser seguido pelas escolas, que resulta em um quadro esquematicamente desenhado com um espaço quadriculado para cada dia do ano, onde é especificado se o dia é letivo ou não, tendo obrigatoriamente que somar ao final, duzentos dias letivos.

Na última etapa do processo, cada Diretoria de Ensino estuda matematicamente cada um destes documentos e caso o cálculo esteja correto, de acordo com a legislação



pertinente, os documentos são aprovados e já podem ser fixados na parede da escola, com todos os carimbos e assinaturas de direito.

Por trás desta logística burocrática do tempo físico escolar, há algumas preocupações legais que estão muito distantes do tempo social da escola, como a garantia da carga horária dos professores titulares de cargo, adequação ao horário do transporte escolar, horário de trabalho dos funcionários escolares e atendimento a demanda escolar, não havendo preocupação com um estudo reflexivo deste horário em relação ao aluno e sua disponibilidade intelectual, emocional, etária e/ou especificidade de cada região.

Afinal, o tempo escolar é para resolver a situação funcional, financeira e legal da escola ou para auxiliar significativamente a aprendizagem dos alunos enquanto sujeitos desta escola?

A questão fica ainda mais grave quando se observa o horário que cada escola “monta” com as aulas semanais nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio. Cada professor tem 50 (cinquenta) minutos para trabalhar um determinado conteúdo, sendo substituído por outro a cada período equivalente. Ao aluno, resta tentar criar esquemas mentais que dividam o conhecimento em partes nem sempre dialógicas e quase sempre sem reflexão, pois isso levaria tempo e tempo parece ser apenas uma questão matemática e legal da escola.

Ainda dentro desta lógica de tempos físicos escolares, o professor luta para que a escola crie “seu” horário de forma que possa conciliar seu tempo particular com o tempo escolar. Todo início de ano letivo conflitos entre os professores e equipe gestora ocorrem com frequência por conta desta adequação de horários, resultando em representações legais formais contra o Diretor da escola por parte do professor que se sentiu prejudicado no horário escolar montado pela escola. Isso sem citar o tempo físico escolar das aulas da sexta feira no período noturno, que quase sempre é transformado em uma sexta feira fantasma, sem professor e, conseqüentemente, sem alunos ou vice-versa.

Mesmo na modalidade de escola de tempo integral, implantada pelo governo do Estado de São Paulo em algumas regiões, o tempo é tratado quantitativamente, pois oferece ao aluno no período oposto ao das aulas regulares, oficinas com tempos específicos dentro de uma grade de horários determinada pela equipe gestora da escola,

caracterizando apenas uma preocupação da escola em ocupar o tempo físico do aluno, sem questionar este aluno sobre seu próprio tempo.

Outra modalidade de educação integral está sendo implantada em algumas escolas estaduais de São Paulo, é a escola de “Ensino Integral”, que diferente da anterior a de “Tempo Integral”, se preocupa com o ensino/aprendizagem do aluno durante o período em que está na escola e não simplesmente em como ocupar seu tempo na escola.

Mas mesmo esta nova modalidade de escola mais voltada para a aprendizagem do aluno, não questionou em nenhum momento de sua implantação o tempo do aluno visto pelo próprio aluno, único conhecedor de seu próprio tempo e a quem se destina a aprendizagem foco central desta escola.

Quanto a esta aprendizagem, ela deveria estar diretamente relacionada ao tempo enquanto maturidade mental, espaço reflexivo, disponibilidade física, curiosidade, entre outros fatores que em seu tempo certo, contribuem para o despertar de uma aprendizagem significativa ao aluno.

Estes fatores estão muito distantes dos tempos escolares considerados hoje na escola pública de educação básica do Estado de São Paulo, que estão voltados apenas para o tempo físico, se esquecendo do tempo social e talvez por isso tão distante do aluno que este nem consiga perceber o quanto seu próprio tempo está sendo desrespeitado, o quanto lhe é realmente importante e como seria fundamental lutar pelo seu reconhecimento, ou melhor, seu descobrimento.

Dentro deste cenário onde o tempo físico escolar é sem dúvida o único tempo utilizado, haveria ainda alguma chance de priorizar o tempo social?

Algumas questões fundamentais precisariam ser revistas para que o tempo social fosse respeitado. Questões estas que teriam início com o repensar do financiamento educacional, pois implicaria em algumas ações educacionais que teriam início em fixar o professor em uma única escola, em tempo integral, recebendo o aluno durante todo o período, sem ter a preocupação de “pular” de escola em escola durante o dia para garantir um salário melhor, condicionando o aluno ao tempo do professor.

Considerando ainda os custos de manutenção do prédio escolar em relação a demanda de alunos, quanto mais alunos em mais períodos escolares, melhor para a



quitação dos custos desta ação, logo, o tempo social representaria um prejuízo público financeiro educacional.

Por fim, há outro fator financeiro que está relacionado não só diretamente à educação, mas à sociedade como um todo, é o fator econômico relacionado a empregabilidade. A escola passou a ser um local seguro onde a sociedade deposita seus filhos durante seu horário de trabalho, representando uma logística perfeita para que a economia possa se desenvolver a tempo certo. O tempo do aluno aqui é novamente desrespeitado e está condicionado ao tempo de trabalho de seus pais.

A respeito deste último fator, é cada dia mais comum o registro de reclamações de pais/mães quando por algum motivo o tempo escolar é modificado, marcado pela insatisfação em ter que mudar a rotina de trabalho por conta dos filhos que por algum motivo não estão na escola. O tempo físico parece ser a marca de nosso tempo.

Já entre nossos jovens, que têm seu tempo social desrespeitado há ainda outro tempo a ser considerado, o conceituado por Assmann (1998) de “*tempo dos bits exatos*”, onde a característica principal é a rapidez tecnológica da informação, onde o que acabou de escrever, pensar ou mesmo anunciar, passa a ser passado em tempo real.

Perdemos tempo, não respeitamos o tempo social escolar e agora isso parece já ser passado. Será que ainda há tempo? Qual tempo?

CONCLUINDO...

Nossas primeiras conclusões acerca do tema proposto, embora incipientes são feitas com base, na prática descrita anteriormente. Percebe-se que mesmo estando legalmente em fases de implantação, as propostas que reorganizam o tempo e estendem as jornadas de trabalho escolar, o enfrentamento das novas práticas com os novos tempos, não ocorrem de forma linear. Pois,

Não há desdobramentos mecânicos, previsíveis, que possam ser resumidos em aceitar ou não as reformas educacionais. Existe uma cultura escolar construída que não se destrói, pelo menos imediatamente, com a regulamentação e implantação das políticas públicas. Os profissionais de educação têm explícita ou implicitamente suas crenças e opiniões, além de estarem sujeitos às pressões das instituições políticas, sociais e da própria instituição escolar e seus mecanismos de coerção. Todos estes elementos indicam que na escola se instalou um processo onde as antigas estruturas de organização escolar e



do trabalho docente convivem com as mais recentes. (FERREIRA; ARCO-VERDE, 2001, p.75).

Tal situação, provavelmente vem carregada de conflitos, na medida em que estarão presentes a continuidade de práticas consolidadas ao longo da vida escolar e a implantação de outras, que com certeza serão construídas e reconstruídas na dinâmica da escola. Assim, parece-nos oportuno citar as questões que corroboram com os conflitos advindos justamente entre o *Chrónos* e *Kairós* que ao que tudo indica é o que está acontecendo nessas novas reconfigurações das escolas descritas. Para Ferreira, et al. (2001,p.75), passar do tempo institucional e social contado (*Chrónos*) na escola para o tempo do aluno (*Kairós*) gera uma nova ordem, que não é o ordenamento aprendido e apreendido pela maioria dos educadores, em nossas escolas. As autoras questionam que:

...se é possível aceitar que o homem dominou o tempo e o tempo o dominou, devemos afirmar que *Chrónos* se transformou em ciência e aprisionou *Kairós* no seu processo civilizatório? Estaria a escola irremediavelmente presa aos tempos que lhe são dados? Estão os tempos cronológicos da escola escravizando as práticas cotidianas? (FERREIRA et al., 2001,p.76-77).

Enfim, é possível se pensar em outras organizações temporais, entretanto, as praticas escolares no que se refere a novas reorganizações escolares devem ser repensadas levando-se em conta principalmente, os tempos individuais e coletivos de todos os envolvidos no processo escolar, para não se correr o risco de vivenciarmos novamente outro tempo burocrático e administrativo da vida das pessoas. Pois, o tempo é sentido como uma força misteriosa, que exerce sua coerção sobre nós. (ELIAS, 1998, p.21)!

REFERÊNCIAS

ASSMANN, H. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

ENCICLOPÉDIA BARSA. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1999. 1 CD-ROM.



CHIZZOTTI, Antonio; PONCE, Branca Jurema. O currículo e os sistemas de ensino no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.3, p.25-36, set./dez. 2012.

CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: GALVÃO, Alexander; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe. **Capitalismo Cognitivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 15-32.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FERREIRA, V. M. R.; ARCO-VERDE, Y. F. S. Chrónos e Kairós... **Educar**. Curitiba, n. 17, p. 63-78, 2001.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

MAFFESOLI, Michel. **O Instante Eterno**. Porto Alegre: Zouk, 2003.

PRIGOGINE, I. **O nascimento do tempo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1988.

SACRISTAN, J. G. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. Trad. J. O. Santos e A. A. Pina. São Paulo: Abril, 1973. (Os pensadores, Livro XI, 14 [17]).